



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO - DGO

Rua Bulcão Viana, 90, Centro – Florianópolis – Santa Catarina

Fone: (48) 3221 - 3764 Fax: (48) 3221-3730

Home-page: [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

OFICIO CIRCULAR TCE/DGO nº 034/2021

Florianópolis, 27 de abril de 2021

**REF: Atraso na remessa do Balanço Geral do Município e atraso de remessa de dados e informações pelo Sistema e-Sfinge, referente ao(s) 6º bimestre(s) do exercício de 2020.**

Senhor(a) Controlador(a) Interno,

Cumprimentando-(o)a cordialmente, informo que o Tribunal de Contas de Santa Catarina para fins de cumprimento da sua função de controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições contidas nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 a 54 da Lei Complementar n.º 202/2000, compete o exame das Prestações de Contas dos Municípios.

Sendo assim, as Unidades devem remeter os Balanços Gerais, conforme previsão do Regimento Interno, art. 83 – Resolução TC n.º 06/2001 c/c Instrução Normativa n.º TC 20/2015, art. 7º, até o dia 28 de fevereiro de 2021, bem como encaminhar dados e informações em meio eletrônico (Sistema e-Sfinge) na forma e prazos preconizados pela Instrução Normativa n.º TC – 04/2004, alterada pela Instrução Normativa n.º TC 01/2005, a qual prevê a remessa bimestralmente no **prazo de 30 (trinta) dias** do período de referência e mais **5 (cinco) dias** para confirmação.

No caso específico do Município de **Itaiópolis**, constata-se que não houve a remessa do Balanço Geral do Município, em afronta a legislação supracitada e os dados por meio eletrônico (Sistema e-Sfinge), foram encaminhados apenas até a 5ª competência de 2020, ressaltando-se, todavia, que o prazo para a remessa da 6ª competência de 2020 **encerrou-se em 31/01/2021 e a confirmação em 05 de fevereiro de 2021.**

Requisito, portanto, excepcionalmente, que no prazo de **10 (dez) dias**, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas – Lei Complementar n.º 202/2000, seja encaminhado os dados e informações por meio eletrônico – Sistema e-Sfinge das competências ainda não confirmadas, bem como o Balanço Geral do Município, em **meio digital** ao Tribunal de Contas, por meio da Sala Virtual.

Informamos ainda, que o não atendimento no prazo determinado sujeita o responsável à cominação de multa prevista no artigo 70, inciso VII da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c artigo 109, inciso VII do Regimento Interno.

Atenciosamente,

Moises Hoegenn

**Diretor de Controle de Contas de Governo**